

TÓPICO

11 MAI 1984

Dívidas

Pública

As dívidas do Estado com o setor privado triplicaram durante o trimestre, passando de Cr\$ 280 bilhões no final de 83 para Cr\$ 612 bilhões no começo de maio. Esse salto não se deve à correção monetária que, além de não incidir sobre todas as parcelas, somente as elevariam em 50%, quando o crescimento assinalado é de mais de 140%. O que se tem verificado é a ampliação do atraso de pagamento a novas parcelas.

A persistência dessa prática desorganiza a vida da empresa privada e

acaba por onerar os serviços e bens adquiridos pelo governo. Embora as parcelas sejam devidas a número relativamente grande de organizações empresariais, pesam significativamente no orçamento de muitas delas. Em geral, os atrasos, que nem sempre podem ser transferidos adiante, acarretam custos financeiros insuportáveis. São conhecidos e públicos casos de empresas que têm sido levadas à concordata em vista do não atendimento, pelo Estado, de seus compromissos.

Tendo o governo conduzido com eficiência as negociações da dívida ex-

terna, era de se esperar que se voltasse com energia e disposição equiparáveis para a dívida interna. E se em matéria de gerenciamento dos títulos públicos o empenho tem sido o de reduzir a pressão sobre o orçamento monetário, retirando-os da circulação quando as condições de caixa do Tesouro o permitem, não parece haver maior preocupação com os atrasos de pagamentos. É certo que os governos estaduais respondem por cerca de um terço dos débitos, o que não exime a União de dar o bom exemplo, já que a maior parcela recai sobre seus ombros.